



Pepe Mujica recebe primeiro título Doutor Honoris Causa da Unipampa

Atual senador e ex-presidente do Uruguai foi homenageado em cerimônia realizada em Santana do Livramento na terça-feira (21). Em seu discurso de agradecimento, Mujica defendeu a democratização do ensino superior e falou sobre o direito de cada indivíduo ter acesso à universidade

PÁGINA 02



Cotas raciais na Ufrgs dez anos depois

Na semana da Consciência Negra, cerca de 200 estudantes negros da Ufrgs posaram para uma fotografia que se tornou um ícone da luta contra o racismo e o preconceito que ainda viceja no Brasil.

PÁGINA 03

Pepe Mujica recebe primeiro título Doutor Honoris Causa da Unipampa



Na tarde de terça-feira (21), em cerimônia acompanhada pelos deputados petistas Adão Villaverde e Luiz Fernando Mainardi, a Universidade Federal do Pampa (Unipampa) concedeu seu primeiro título de Doutor Honoris Causa da história da instituição, criada a partir de uma estratégia de ampliação e de acesso ao ensino superior no Brasil realizada pelo presidente Lula.

O agraciado com o título foi o ex-presidente e atual senador do Uruguai, Pepe Mujica, que recebeu a honraria em solenidade realizada durante 9º Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão (Siepe). O evento ocorreu no So-

lar Dom Pedro, salão Armour, na cidade de Santana do Livramento, fronteira com o Uruguai e contou com a presença da ex-vice-prefeita de Alegrete, Preta Mulazzani; dos vereadores alegretenses Maria do Horto, Paulo Berquó F e Anilton Oliveira; e do vereador de Santana do Livramento Dagberto Reis. A escolha de Pepe Mujica foi apreciada e aprovada pelo Conselho Universitário (Consuni) da Unipampa, em 22 março de 2016. A cerimônia reuniu cerca de 450 pessoas, dentre comunidade acadêmica e lideranças da área da educação.

Em seu discurso de agradecimento, Mujica defendeu a democratização do ensino superior e falou sobre o direito de de cada indivíduo ter acesso à universidade. “Por um mundo em que a educação superior seja acessível para todas as classes sociais e não para poucos. Cada indivíduo é um universo, quando falamos em igualdade é em questão de oportunidades”, afirmou.



Para relembrar

Em 2011, quando Villaverde presidia o Parlamento gaúcho, a Assembleia Legislativa concedeu a Medalha do Mérito Farroupilha - maior honraria da Casa - ao à época presidente uruguaio Pepe Mujica. Na cerimônia, com a presença do então governador Tarso Genro, no dia 8 de novembro, Villaverde destacou que Mujica “é uma figura que representa de forma completa, universal e singela o que de melhor a vida humana pode produzir do ponto de vista dos compromissos, da generosidade e da maneira sincera de se relacionar”.

Fecovinho comemora 65 anos

O deputado Adão Villaverde (PT) representou a presidência do Parlamento na quarta-feira (22), em Farroupilha, na solenidade de celebração dos 65 anos de atividades da Federação das Cooperativas Vinícolas do Rio Grande do Sul (Fecovinho). Uma programação especial alusiva à comemoração foi realizada no Seminário Apostólico Nossa Senhora de Caravaggio, na cidade sede da entidade na serra gaúcha. Palestras, a apresentação de um livro com a história da Federação, de projetos e realizações, até a entrega de placas para ex-presidentes. Atualmente são associadas à instituição as cooperativas Alfredo Chavense, Aurora, Garibaldi, Nova Aliança, Pradense e São João. Na prática, são aproximadamente 5 mil famílias envolvidas responsáveis por cerca de um quarto (1/4) da produ-

ção anual de uvas e vinhos do Estado.



Cotas raciais na Ufrgs dez anos depois

Em época relativamente recente, há apenas uma década, em 2007, o deputado Adão Villaverde foi um dos parlamentares que entregou documento em defesa da implementação das cotas raciais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

O apoio à igualdade étnica no ensino superior por parte dos legisladores gaúchos era muito importante para o sucesso das políticas afirmativas do governo do presidente Lula.

Em 2016, Villaverde fez uma manifestação veemente e indignada contra as pichações racistas que infestaram o campus da universidade. Ele destacou que a implementação das políticas de cotas foi um enorme avanço que incluiu e contribuiu para a democratização do acesso ao ensino superior. Em artigo escrito em 2007, quando a Ufrgs iniciou o debate sobre o tema, o parlamentar já havia ressaltado que numa sociedade injusta e excludente,

a implantação de raciais e sociais é necessária para, ao menos, compensar uma dívida histórica.

Dez anos passados, no último dia 20 de novembro, dedicado à Consciência Negra remetendo para a morte do líder quilombola Zumbi de Palmares, enfim, cerca de 200 estudantes negros posaram para uma fotografia que se tornou um ícone da luta contra o racismo e o preconceito que ainda viceja no Brasil.

MEMÓRIA

A perda irreparável de Eraci Rocha



O deputado Adão Villaverde lamentou a morte do músico e intérprete gaúcho Eraci Rocha ocorrida na quinta-feira (23), em Porto Alegre, aos 69 anos.

“É uma enorme perda para a cultura gaúcha e para a sociedade do nosso estado. Eraci era um homem comprometido com as causas sociais e preocupado

com as necessidades e anseios do povo”, disse o parlamentar. “Esteve sempre à frente das manifestações culturais com cunho social, contribuindo com seu talento e sua arte para uma relação fraterna e igualitária entre as pessoas”.

A Prefeitura de Taquari, onde ele nasceu, decretou hoje luto oficial de três dias. De acordo com nota da prefeitura, “ele foi um dos principais representantes da música e cultura do município, que construiu um grande legado através de suas canções nativistas. “Sentimos um grande pesar pela perda irreparável de uma personalidade que contribuiu durante muitos anos para a cultura de Taquari. Sua contribuição será sempre lembrada”.

Preparava um novo disco de resgate de seus sucessos pelos palcos do Estado, como a Coxilha Nativista, de Cruz Alta; a Califórnia da Canção Nativa de Uruguaiana e o Festi-

val da Música Crioula de Santiago. Gravou algumas das músicas mais rodadas no sul, como “Quando se Apaga o Candeeiro” e “Nas Varandas”, vencedoras de festivais.

Durante homenagem que Piquete Estrela Gaudéria, no Acampamento Farroupilha, fez a Eraci Rocha em setembro, Olívio Dutra registrou em seu Facebook que esteve lá, junto com dona Judite e vários companheiros (as), “para abraçar e saudar este artista gaúcho de grande força pessoal e valor histórico para o nosso Rio Grande” (foto).

Eraci teve sério problemas de saúde nos últimos tempos e fez transplante de rim. Estava internado no Hospital São Lucas da PUCRS. O corpo de Eraci Rocha foi velado na noite de quinta-feira, na Câmara dos Vereadores de Taquari. O velório ocorreu na tarde de sexta (24), no Cemitério de Taquari.

O abismo da desigualdade

| por André Pereira



Novos dados tributários revelam por que o nível de desigualdade e de concentração de renda no Brasil é um dos maiores do mundo

Que o modelo brasileiro de tributação de renda é injusto muitos sabem. E que é altamente regressivo e aprofunda a desigualdade social, poucos duvidam. Revelações da recente disponibilização de dados do Imposto de Renda em 2014/2015, porém, mostram que os muito ricos pagam pouco imposto tanto na proporção da renda, quanto na comparação com o resto do mundo e ainda no cotejo com a alta classe média do país.

Os novos estudos desvendam, do mesmo modo, que a desigualdade de renda é maior e mais estável do que se imaginava antes apenas com base nas pesquisas domiciliares que subestimam os ganhos mais altos.

A nação é uma das poucas no mundo que chegou ao ponto de instituir, em 1996, isenções de lucros e dividendos, copiando a pequena Estônia e alguns países do Leste Europeu. Isto pode ser ilustrado exemplarmente pelo caso empresário e delator da JBS, Joesley Batista que, segundo a Receita Federal, pagou apenas 0,3% de imposto sobre a renda anual declarada de R\$ 105 milhões.

Assim, o nível de desigualdade e de concentração de renda no topo, no Brasil, é um dos maiores do mundo. “É algo abissal, maior até que a África do Sul com toda sua herança da desigualdade do apartheid”, afirmou o doutor em Economia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Sérgio Gobetti, localizando as raízes da desigualdade preponderantemente na ação política das elites econômicas na América Latina.

Mas tal distorção - reconfirmada na sua apresentação durante o debate Tributação e Desigualdade no Século XXI - O caso brasileiro, realizado no Plenarinho da Assembleia Legislativa, no dia 20 de novembro - preocupa so-



mente os desiguais? Assusta apenas a maioria dos brasileiros que perde renda e direitos no cenário de profunda crise política, econômica e social no Brasil, em que um pequeno grupo de milionários e bilionários segue aumentando sua gorda fatia do PIB nacional?

O que Gobetti examina, no sentido inverso, é que há um nascente entendimento que tanto a tributação do capital quanto o modelo progressivo desempenham um papel importante não só para a redução da desigualdade, mas também para a eficiência econômica e mesmo para a promoção da dita meritocracia.



“Afim de contas, como garantir uma competição justa e premiar os mais capazes se alguns partem de uma situação muito mais privilegiada como o filho de um Batista”, questionou o economista, apontando revisões feitas por economistas liberais que são referências mundiais, como os agraciados com o Prêmio Nobel, James Mirrlees e Joseph Stiglitz.

“É certo que a renda e a riqueza estão pior distribuídas do que estavam há 30 anos e raramente entende-se corretamente a dimensão dramática desta mudança, principalmente para a formulação das políticas públicas em geral e da política tributária em particular”, assinalou o palestrante, aludindo a ponderações em tom de mea culpa de três décadas depois do britânico Mirrlees.

Gobetti, entretanto, sustentou que o modelo de tributação de renda do Brasil foi concebido sob influência de postula-

dos teóricos dos anos 70 e 80 (às épocas neoliberais de Ronald Reagan nos EUA e Margaret Thatcher na Inglaterra), mas que, superados e ultrapassados, estão sendo revisados atualmente sob a condescendência desses ilustres defensores do referencial neoclássico ou modelo ortodoxo da chamada “tributação ótima”.

É que, como comprovam estudos divulgados em setembro último por Stiglitz, segundo Gobetti, crescem as evidências de que a própria desigualdade pode afetar a produtividade. Torna-se, assim, ainda mais convincente considerar o caso de um imposto progressivo sobre a renda do capital e, em particular, taxar o rendimento



do que se identifica como ‘capital dos capitalistas’ a uma taxa elevada.

“Há, com tais revisões de teoremas passados, uma luz no final do túnel”, espera Gobetti.

O debate, com mediação do professor de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) Antonio David Cattani, ainda contou com a participação da diretora do IJF, Maria Regina Paica Duarte e da professora da Faculdade de Ciências Econômicas da Ufrgs, Rosa Chieza. Apoiadora do evento, juntamente com o Conselho Regional de Economia (Corecon), a Faculdade de Ciências Econômicas da Ufrgs e o Comitê em Defesa da Democracia, a Assembleia Legislativa foi representada pelo deputado Adão Villaverde.

Leia mais em <https://goo.gl/Mx81ur>

Sul21

Seja gringo, governador!*

VICENTE RAUBER**



○ RS deve grande parte do seu desenvolvimento aos imigrantes italianos, singelamente chamados de “gringos”. Entre muitas de suas qualidades, destacam-se os cuidados com suas finanças, gastando com a máxima cautela, ganhando todo o possível e jamais arriscando-se a possíveis perdas. Estas virtudes economicistas são excelentes quando trazidas à gestão pública, pois ganham todos e evitam-se perdas.

O povo gaúcho elegeu um “gringo” (como ele mesmo gosta de ser chamado) para governador. Mas ele não está aplicando as boas qualidades de um “gringo”, inclusive expondo-se a seriíssimos riscos de ser responsabilizado por perdas.

Vamos a um caso concreto. Em 2015 venceram as concessões das 42 empresas públicas de distribuição de energia elétrica (responsáveis pela entrega final aos consumidores). Fortes pressões empresariais e privatistas exigiam que as mesmas não fossem renovadas e sim leiloadas, o que aumentaria as suas tarifas. De outra parte havia um conjunto de pressões para que fossem renovadas. A então presidenta Dilma resolveu a disputa editando o Decreto 8461/2015, autorizando o Ministério de Minas e Energia (MME) a renovar por mais 30 anos estas concessões através da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica). Isto desde que atingissem várias categorias de metas, especialmente qualidade dos serviços e sustentabilidade econômica e financeira, a serem alcançadas progressivamente nos primeiros cinco anos. O não atingimento de qualquer uma das me-

tas em dois anos, consecutivos ou não, determinaria a perda da concessão.

Em 08/12/2015, junto ao então Ministro do MME Eduardo Braga e ao presidente da Aneel, Romeu Rufino, o governador José Ivo Sartori assinou, com toda a pompa e circunstância, a merecida conquista da concessão dos serviços da CEEE-D por mais 30 anos. Obviamente assumiu as cláusulas escritas nestes contrato e, diga-se, previa e amplamente negociadas. Ressaltamos uma delas. Caso a CEEE-D não alcançasse a meta de sustentabilidade econômica e financeira ao final de um exercício, deveria o sócio majoritário (Governo do Estado, no caso) suprir o déficit constatado, em até 180 dias.

Pois ao final de 2016, primeiro ano da concessão, a CEEE-D apresentou resultados técnicos muito melhorados em função da conclusão de obras da gestão anterior, do empenho do quadro funcional e de políticas de gestão. No entanto, a meta de sustentabilidade econômica e financeira apresentou um déficit de R\$ 865 milhões. O Estado deveria cobri-lo até 30 de junho de 2017 ou apresentar e negociar junto a Aneel uma proposta de como solucioná-lo. E o que fez o Estado diante desta inadimplência? Nada. Pior: deixou de analisar uma proposta de viabilização que a própria diretoria da Companhia elaborou e pediu autorização para propô-la à Aneel.

O RS corre sério risco de enfrentar mais uma catástrofe.

A Companhia Distribuidora do Grupo CEEE (CEEE-D) está sujeita a sofrer intervenção a qualquer momento, podendo perder a concessão dos seus serviços por 30 anos, conquistada a duras penas em 2015. Perderá os resultados até 2045, deixando de fornecer energia elétrica nas regiões Sul e Sudeste do Estado. Deixará uma dívida auditada pela Aneel em R\$ 3,3 bilhões para a Fundação Eletroceee, compras de energia, impostos, compromissos setoriais e fornecedores. Perde a população, perdem os funcionários e aposentados e demais credores. Ficam duramente expostas ao risco a outra Companhia do Grupo, a Geradora e Transmissora CEEE-GT e a Fundação Eletroceee. Há soluções há muito conhecidas e que não requerem um centavo do Caixa do Estado. Dependem somente da vontade política do governador.

Aliás, propostas nunca faltaram. Os sindicatos e entidades de trabalhadores da Companhia há muito fazem sugestões. O Partido dos Trabalhadores apresentou análise e proposta completa de como dar viabilidade econômica e financeira à Companhia.

Agora, todas as projeções levam a um novo déficit ao final deste ano, o que determina a perda da concessão.

Em relação a este aspecto, a própria Aneel está apreciando uma Nota Técnica que evitaria, neste momento, a perda da concessão em função da meta de sustentabilidade econômica e financeira. Ainda não foi aprovada.

Há uma situação mais grave, que é histórica e se intensificou, que é o desequilíbrio entre receitas e despesas da Companhia, determinado por gastos impedidos de serem incluídos na tarifa, especialmente o pagamento dos servidores ex-autárquicos e vultosas despesas judiciais trabalhistas.

Ainda integrando o Conselho de Administração da Companhia, no início de 2015, alertamos que era urgente capitalizar-se a Companhia em aproximadamente R\$ 500 milhões, inclusive tendo sido aprovados planos neste sentido, mas que não se realizaram em grande parte. No decorrer do tempo a recessão econômica e a perda de grandes consumidores, além de aspectos regulatórios, determinaram um aumento significativo neste desequilíbrio. Hoje existem mais de R\$ 600 milhões de contas essenciais vencidas, que deixam a Companhia em situação de total inadimplência e sem um plano de viabilização definitiva, que deve requerer algo em torno de R\$ 1,5 bilhão.

Esta situação, em decorrência da Lei 12767/2012, poderá levar a Aneel a determinar intervenção na Empresa e, a seguir, decretar a sua caducidade, com a perda da Concessão.

Leia mais em <https://goo.gl/hJLiC9>

*Artigo publicado no jornal eletrônico Sul21 em 20 de novembro de 2017

**Ex-Presidente da CEEE e Ex-Conselheiro de Administração da CEEE, da CEEE-D e da CEEE-GT.

Decreto lesa-pátria, o Financial Times e o descaramento do entreguismo*

ADÃO VILLAVERDE**

Como se não bastasse tudo o que o ilegítimo governo Temer e a “Confederação de Investigados e Condenados” já fizeram no último período, recentemente, na véspera do feriado de Finados, com o silêncio da grande mídia e muitos outros cúmplices da aventura sorrateira, impuseram um decreto lesa-pátria contra o Brasil. Não é mera coincidência que nos últimos dias o insuspeito jornal britânico Financial Times chegou a definir o Brasil como um país, onde, “de repente, tudo está à venda”.

O decreto presidencial nº 9188/2017 autoriza que ativos das sociedades de economia mista possam ser alienados em até 100% de seu patrimônio e - passem!- sem sequer necessitar passar pelo Congresso. E depois de ter renunciado à ordem constitucional com um golpe ilegítimo e jogado a Constituição no ralo, Temer ainda se atreve a sentenciar que o nosso país “tem tendência a caminhar para o autoritarismo”.

Portanto, segue a sanha autoritária que, mais uma vez, viola dispositivos constitucionais, juntamente com a Lei das Estatais, porque, além de não passar pelo Congresso, avançará na dispensa de licitações e, mais ainda, criará um biombo para tirar a transparência e a publicização da vendas de bens como, por exemplo, a Petrobras, Eletrobrás, Itaipu, Eletronorte, Banco do Brasil e Caixa Econômica.

O decreto soma-se à inaceitável entrega da nossas riquezas, como o pré-sal, as reservas naturais, água, metais nobres e preciosos e biodiversidade, especialmente na Amazônia que, em sua dimensão continental, desperta a mais devastadora cobiça mundial. Ali, está um quinto da água doce de todo o planeta e o maior banco genético (15% de todas as espécies de plantas e animais conhecidas), além de enorme potencial econômico. Estimativas de especialistas indicam que, multiplicando o valor de cada minério pelos estoques já medidos no subsolo da Amazônia - excluindo o petróleo - tem-se como resultado a impressionante quantia de um tesouro equivalente a US\$ 7,2 trilhões.

Um exemplo, que pode ser reducionista como são, em geral, os

exemplos, é o do nióbio. Trata-se de um metal raro no mundo e abundante no Brasil, considerado fundamental para a indústria de alta tecnologia, com demanda tem aumentado nos últimos anos, tem sido objeto de controvérsia e de uma série de suspeitas e informações desconstruídas sobre a dimensão da sua importância para a economia mundial e do seu potencial para elevar o Produto Interno Bruto (PIB) do país. Trata-se de elemento químico que serve como liga na produção de aços especiais e um dos metais mais resistentes à corrosão e a temperaturas extremas. Quando adicionado na proporção de gramas por tonelada de aço, confere maior tenacidade e leveza. O nióbio é atualmente empregado em automóveis, turbinas de avião, gasodutos, em tomógrafos de ressonância magnética, na indústria aeroespacial, bélica e nuclear, além de outras inúmeras aplicações como lentes óticas, lâmpadas de alta intensidade e bens eletrônicos.

O decreto soma-se à inaceitável entrega da nossas riquezas, como o pré-sal, as reservas naturais, água, metais nobres e preciosos e biodiversidade, especialmente na Amazônia que, em sua dimensão continental, desperta a mais devastadora cobiça mundial

A chamada Amazônia Azul - que se contrapõe e complementa a Amazônia Verde - evidencia, ainda, que as potencialidades de exploração do mar vão muito além do gás e do petróleo. Existe uma enorme cadeia de atividades econômicas ligadas ao mar: portos, transporte, aquicultura, processamento e distribuição de alimentos, turismo, esporte e lazer, significando geração de renda, empregos e tributos.

Há, do mesmo modo, a ampla diversidade de recursos minerais, como o sal e a água potável que podem ser elaborados a partir do processamento

da água salgada. Esta rica diversidade abre possibilidades imensas na pesca e na produção de fármacos. O mar viabiliza a geração de energia, a partir da amplitude das marés, das ondas e do gradiente térmico, aproveitando a diferença entre temperaturas da água de superfície e profundidade para a instalação de máquinas térmicas.

O próprio fim do notável programa Ciência sem Fronteiras, de qualificação técnica de estudantes brasileiros com intercâmbio no exterior, é um eloquente atestado do descaso com nossa independência intelectual, comprometendo também o futuro das próximas gerações.

Há, porém, quem considere que a maior das ameaças que hoje pesa contra o Brasil talvez seja o discurso da internacionalização da região que promoveria “a fragmentação de sua unidade nacional”.

Na logística deste cenário, inserem-se, por natural decorrência, alterações na própria estrutura do governo ilegítimo, pós golpe de 2016, como a extinção do Ministério de Ciência e Tecnologia, acoplado, como apêndice postíço, ao Ministério das Comunicações, que tem outra natureza institucional e objetivos abissalmente diversos, notadamente no que concerne à pesquisa do conhecimento.

Sabe-se que houve, como consequência imediata, o enfraquecimento dos centros de pesquisa e das universidades públicas, que garantem quase a totalidade do que é produzido em ciência, tecnologia e inovação no nosso país. A fusão de áreas evidencia o agravamento da fragilidade financeira do setor, diminuída pela falta de investimentos de uma pasta específica.

Leia mais em <https://goo.gl/K9bzGa>

*Artigo publicado no jornal eletrônicos Sul21 em 22 de novembro de 2017

**Professor, engenheiro e deputado estadual (PT-RS)

Deputado reitera que o orçamento fictício do RS cria falsa expectativa

O deputado Adão Villaverde (PT) reiterou, na reunião da Comissão de Finanças na manhã de quarta-feira (23), que o PL 188/2017 do Executivo que projeta o Orçamento de 2018 é uma peça de ficção que propõe uma falsa expectativa.

Segundo ele, após três anos, o governo Sartori apresentou ações que somente oneraram a população, a economia e os contribuintes e elegeram os servidores como vilões.

O parlamentar observou que o projeto de lei está totalmente vinculado ao Regime de Recuperação Fiscal com a União, mas o governo federal já informou ao Palácio Piratini que não celebrará o acordo com o RS.

“É, pois, fictício porque propõe expectativa rejeitada pela União”, reforçou ele, afirmando que o governo Sartori deve refazer a peça e aproveitar para, finalmente, em seu quarto ano, apresentar um projeto para o efetivo desenvolvimento do Rio Grande do Sul.



Ao finalizar, Villaverde ressaltou que o governo “segue superestimando a questão da crise das finanças e empurra a pauta de demandas da sociedade para baixo” e reiterou que é necessário que o Tribunal de Contas do Estado realize uma inspeção especial junto às contas do Exe-

cutivo gaúcho, para desvendar aquilo que a STN descobriu, ou seja, ela pegou Sartori porque a folha de pagamentos do RS não atinge 70% da receita líquida.

Acesse <https://goo.gl/1MkXaP> e assista à íntegra da manifestação do deputado.

TALINE OPPITZ

CORREIO DO POVO - 24/11/2017

Oposição questiona reflexos no orçamento

Deputados que debatiam o parecer favorável de Liziane Bayer, do PSB, ao projeto do Orçamento do Estado para 2018, na Comissão de Finanças, foram pegos de surpresa pela informação de que a STN havia negado aval à adesão ao Plano de Recuperação Fiscal. Segundo Adão Villaverde, do PT, foi desrespeito com os parlamentares, que não foram avisados pelo governo da decisão, conhecida desde quarta-feira à noite. “O orçamento para 2018 está totalmente vinculado ao Plano”, disse. Apesar das críticas da oposição, o parecer foi aprovado por nove votos a três, e o texto do governo, prevendo a manutenção de congelamentos, como nas despesas de pessoal e custeio da máquina, pelo terceiro ano consecutivo, mantidos.

Parlamentares aprovam parecer favorável ao Orçamento 2018

Deputados debateram decisão da União que considerou o Estado inapto a entrar no RRF

... (text truncated) ...

A opinião externada por Villaverde, de que o governo Sartori foi desrespeitoso para com o Parlamento por não ter avisado os deputados sobre a recusa da STN em formalizar a adesão do RS ao Plano de Recuperação Fiscal, foi destacada na coluna da jornalista política Taline Oppitz no Correio do Povo desta sexta-feira (24) e também em matéria no Jornal do Comércio.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Na tribuna, deputado critica neoliberal tosco, tardio e atrasado que entrega as riquezas do país

O deputado Adão Villaverde registrou na tribuna, na sessão plenária de quinta-feira (23), matéria do jornal progressista francês Liberation que define o Brasil como um laboratório neoliberal que desmonta políticas públicas implementadas pelos governos de Lula e Dilma.

“Mas é um neoliberalismo tosco, tardio e atrasado que se apresenta como moderno para realizar o que chama de novas experiências”, apontou, observando que outra publicação europeia, o liberal Financial Times, também afirmou que no Brasil “de repente tudo está à venda” (veja vídeo acessando <https://goo.gl/6cmdHA>)

Na mesma manifestação, na tribuna, o parlamentar denunciou o que chamou de mais um exemplo de obscurantismo, citando a censura promovida pelo governo Temer a um artigo científico que foi retirado do site do Inep, segundo notícia da insuspeita Folha de S. Paulo.

“Um conjunto de cientistas brasileiros que defende a autonomia universitária considera que houve um ataque brutal à livre expressão e à produção do desenvolvimento científico”, ressaltou. “Eles exigem mais um ataque à censura que atenta contra a própria história do instituto” (veja vídeo acessando <https://goo.gl/FK1TN4>)



Educadores estaduais decidem pela continuidade da greve

Em Assembleia realizada no Gigantinho, nesta sexta-feira (24), o Cpers Sindicato decidiu pela continuação da greve dos professores, que já dura mais de 70 dias e é uma reação aos ataques do governo Sartori, que parcela salários e desmonta a educação gaúcha.

CONVITE

exposição

O OLHAR DA SOCIEDADE SOBRE A EPIDEMIA DE HIV/AIDS NO RS

Linha do tempo das campanhas de prevenção

DE 27 DE NOVEMBRO A 1 DE DEZEMBRO DE 2017
HALL DE ENTRADA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

ATO DE ABERTURA DA EXPOSIÇÃO
27 DE NOVEMBRO, ÀS 17H NO HALL DE ENTRADA DA ALERGS

Exposição integra o calendário de eventos do "Dezembro Vermelho" na ALERGS

FRENTE PARLAMENTAR DE ENFRENTAMENTO AO HIV/AIDS